

Relatório Anual 2016

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de
Associados do Norte do Rio Grande do Sul e
Oeste de Santa Catarina - Sicredi Norte RS/SC**

**Diretoria Executiva de Administração e Finanças
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria**





Centro Empresarial Mostardelro
Av. Mostardelro, 322
10º andar – Molhados de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e
Oeste de Santa Catarina - Sicredi Norte RS/SC
Erechim - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina - Sicredi Norte RS/SC (Cooperativa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina - Sicredi Norte RS/SC em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 6 de Abril de 2016, que não continha qualquer modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

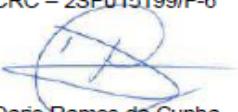
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-6


Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina - Sicredi Norte RS/SC relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina - Sicredi Norte RS/SC
CNPJ/MF nº 87.780.268/0001-71

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015		
CIRCULANTE	991.542	789.538	CIRCULANTE	442.413	371.660		
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	14.367	19.046	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	135.782	131.326
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(NOTA 06)	49.818	11.798	Depósitos a Vista		92.277	83.275
Cartera Própria		49.818	11.798	Depósitos a Prazo		43.505	48.051
RELACÕES INTERFINANCEIRAS		399.462	321.386	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		257.834	196.882
Pagamentos e Repagamentos a Liquidez		3	207	Recebimentos e Pagamentos a Liquidez		10	706
Correspondentes no País		135	676	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 13)	257.824	196.776
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	398.911	322.144	RELACÕES INTERDEPENDÊNCIAS		1.648	1.461
OPERACÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	502.598	413.765	Recursos em Trânsito de Terceiros		1.648	1.461
Operações de Crédito		521.559	431.656	OPERACÕES POR EMPRÉSTIMOS	(NOTA 14)	7.698	8.611
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Dúvidosa)		(20.697)	(17.890)	Empreéstimos Faz - Outras Instituições		7.698	8.548
OUTROS CRÉDITOS		24.257	21.386	Tesouro Nacional		-	63
Operações de Aviso e Flanças Honrados		2.456	200	OUTRAS OBRIGAÇÕES		39.451	33.380
Rendas a Receber		2.372	2.896	Sociais e Estatutárias		2.469	1.492
Créditos Específicos		105	92	Fiscais e Previdenciárias		1.781	1.569
Diversos	(NOTA 08)	22.279	18.768	Diversas	(NOTA 15)	35.086	30.219
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 09)	740	156				
Outros Valores e Bens		550	102	NÃO CIRCULANTE	574.568	464.468	
(Provisão para desvalorização)		(18)	-	EXIGÉVEL A LONGO PRAZO		574.568	464.468
Despesas Antecipadas		208	54	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	568.638	453.369
NÃO CIRCULANTE		181.985	172.566	Depósitos a Prazo		568.638	453.369
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		134.722	129.890	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 13)	5.930	11.399
APlicações Interfinanceiras de Liquidez	(NOTA 05)	3.804	2.211	Repasses Interfinanceiros		5.930	11.399
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		3.804	2.211				
OPERACÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	130.553	127.415				
Operações de Crédito		144.129	130.445				
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Dúvidosa)		(13.676)	(12.010)				
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 08)	1	142				
Diversos		1	142				
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 09)	364	102				
Despesas Antecipadas		364	102				
PERMANENTE		47.263	42.676	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	156.546	125.976	
INVESTIMENTOS	(NOTA 10)	23.538	20.251	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 17)	81.890	74.234
Outros Investimentos		23.538	20.251	De Dominicados no País (Capital a Realizar)		81.962	74.245
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 11)	16.548	16.239	(72)		(51)	
Imóveis de Uso		9.057	9.057	RESERVAS DE SOBRAS		61.360	43.099
Outras Imobilizações de Uso		16.097	14.463	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		13.296	8.643
(Depreciação acumulada)		(8.606)	(7.281)				
INTANGÍVEL	(NOTA 11)	7.177	6.186				
Outros Ativos Intangíveis		12.542	10.460				
(Amortização acumulada)		(5.365)	(4.274)				
TOTAL DO ATIVO		1.173.527	962.104	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.173.527	962.104	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina - Sicredi Norte RS/SC
CNPJ/MF nº 87.780.268/0001-71

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	73.496	1	73.497	139.955	6	139.961	111.680	3	111.683
Operações de Crédito	70.096	1	70.097	134.191	6	134.197	109.301	3	109.304
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	3.397	-	3.397	5.698	-	5.698	2.194	-	2.194
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Resultado das Aplicações Compulsórias	3	-	3	66	-	66	183	-	183
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(53.379)	(686)	(54.065)	(102.958)	(1.086)	(104.044)	(80.943)	(774)	(81.717)
Operações de Captação no Mercado	(36.150)	(56)	(36.206)	(68.855)	(86)	(68.941)	(52.995)	(57)	(53.052)
Operações de Empréstimos e Repasses	(7.400)	(630)	(8.030)	(13.968)	(1.000)	(14.968)	(9.738)	(717)	(10.455)
Provisão para Créditos de Líquidação Duvidosa	(9.829)	-	(9.829)	(20.135)	-	(20.135)	(18.210)	-	(18.210)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	20.117	(685)	19.432	36.997	(1.080)	35.917	30.737	(771)	29.966
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/Dispêndios e Despesas Operacionais	(5.339)	4.992	(347)	(10.081)	8.916	(1.165)	(13.875)	7.961	(5.914)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	5.685	8.654	14.339	10.615	15.788	26.403	7.529	10.600	18.129
Rendas de Tarifas Bancárias	3.966	-	3.966	7.793	1	7.794	6.250	1	6.251
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(19.801)	(1.692)	(21.493)	(36.904)	(2.660)	(39.564)	(31.786)	(2.269)	(34.055)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(11.978)	(1.540)	(13.518)	(25.216)	(2.779)	(27.995)	(20.267)	(2.509)	(22.776)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(70)	(392)	(462)	(120)	(714)	(834)	(104)	(482)	(586)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	30.621	579	31.200	56.952	736	57.688	43.590	3.682	47.272
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(13.762)	(617)	(14.379)	(23.201)	(1.456)	(24.657)	(19.087)	(1.062)	(20.149)
RESULTADO OPERACIONAL	14.778	4.307	19.085	26.916	7.836	34.752	16.862	7.190	24.052
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	157	78	235	339	148	487	(105)	128	23
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	14.935	4.385	19.320	27.255	7.984	35.239	16.757	7.318	24.075
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	1.076	1.076	-	(403)	(403)	-	(294)	(294)
Provisão para Imposto de Renda	-	640	640	-	(230)	(230)	-	(173)	(173)
Provisão para Contribuição Social	-	436	436	-	(173)	(173)	-	(121)	(121)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	14.935	5.461	20.396	27.255	7.581	34.836	16.757	7.024	23.781
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	7.581	(7.581)	-	7.024	(7.024)	-
RESULTADO DO PERÍODO	-	-	-	-	-	-	23.781	-	23.781
REVERSÃO DE RESERVA	-	-	-	-	-	-	42	-	42
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	14.935	5.461	20.396	34.836	-	34.836	23.823	-	23.823
DESTINAÇÕES	-	-	-	(21.540)	-	(21.540)	(15.180)	-	(15.180)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(6.723)	-	(6.723)	(5.987)	-	(5.987)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.330)	-	(1.330)	(864)	-	(864)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(11.966)	-	(11.966)	(7.779)	-	(7.779)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.521)	-	(1.521)	(550)	-	(550)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	13.296	-	13.296	8.643	-	8.643

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina -
Sicredi Norte RS/SC
CNPJ/MF nº 87.780.268/0001-71

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	63.934	32.804	7.341	104.079
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.802	-	(4.486)	(2.684)
Destinações para reservas	-	1.966	(1.966)	-
Outras destinações	-	-	(889)	(889)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	5.150	-	-	5.150
Baixas de capital	(2.578)	-	-	(2.578)
Reversões de reservas	-	-	42	42
Resultado do período	-	-	23.781	23.781
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(864)	(864)
Reserva Legal - Estatutária	-	7.779	(7.779)	-
Juros sobre o Capital Próprio	5.926	-	(5.987)	(61)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	550	(550)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	74.234	43.099	8.643	125.976
Mutações do Período	10.300	10.295	1.302	21.897
Saldos no início do período em 01/01/2016	74.234	43.099	8.643	125.976
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	(2.995)	(2.995)
Destinações para reservas	-	4.774	(4.774)	-
Outras destinações	-	-	(874)	(874)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	5.381	-	-	5.381
Baixas de capital	(4.351)	-	-	(4.351)
Resultado do período	-	-	34.836	34.836
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.330)	(1.330)
Reserva Legal - Estatutária	-	11.966	(11.966)	-
Juros sobre o Capital Próprio	6.626	-	(6.723)	(97)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.521	(1.521)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	81.890	61.360	13.296	156.546
Mutações do Período	7.656	18.261	4.653	30.570
Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não Auditado)	74.174	47.873	14.440	136.487
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.199	-	-	3.199
Baixas de capital	(2.109)	-	-	(2.109)
Resultado do período	-	-	20.396	20.396
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.330)	(1.330)
Reserva Legal - Estatutária	-	11.966	(11.966)	-
Juros sobre o Capital Próprio	6.626	-	(6.723)	(97)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.521	(1.521)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	81.890	61.360	13.296	156.546
Mutações do Período	7.716	13.487	(1.144)	20.059

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina - Sicredi
Norte RS/SC
CNPJ/MF nº 87.780.268/0001-71

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015 (Reclassificado)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	21.500	42.518	35.448
Resultado do semestre/exercício	20.396	34.836	23.781
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.104	7.682	11.667
Provisão para operações de crédito	397	4.473	10.355
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	-	18	-
Provisão para desvalorização de outros créditos	347	394	250
Depreciação do imobilizado de uso	957	1.871	1.563
Amortização do intangível	595	1.091	929
Baixas do ativo permanente	74	241	115
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	613	727	(241)
Destinações ao FATES	(1.330)	(1.330)	(864)
Dividendos SicrediPar	(549)	197	(440)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(10.570)	40.296	65.289
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	5.100	(1.593)	6.943
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	(16.002)	(38.020)	1.060
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	9.043	204	(192)
Redução em créditos vinculados	105	541	930
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(117)	(54)	130
(Aumento) em operações de crédito	(99.923)	(96.723)	(89.045)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	76.249	55.483	34.353
(Aumento) em outros créditos	(2.294)	(3.321)	(5.687)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	18	(864)	346
Aumento em depósitos	10.465	120.025	113.636
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	981	187	(14)
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(1.448)	(913)	(458)
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(864)	(734)
Aumento em outras obrigações	7.253	6.208	4.021
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente	10.930	82.814	100.737
Aquisição de Investimentos	-	(3.287)	(938)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(890)	(2.421)	(4.151)
Aplicações no Intangível	(399)	(2.082)	(2.811)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.289)	(7.790)	(7.900)
Integralização de capital	3.199	5.381	5.150
Baixa de capital	(2.109)	(4.351)	(2.578)
Reversão de reservas	-	-	42
Juros ao capital próprio	(97)	(97)	(61)
Distribuição de Sobras	-	(3.869)	(3.573)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	993	(2.936)	(1.020)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	10.634	72.088	91.817
Caixa e equivalente de caixa no início do período	402.644	341.190	249.373
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	413.278	413.278	341.190

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina - Sicredi Norte RS/SC ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 14/04/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas, ou qualquer outra utilização específica. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentados em 31 de dezembro de 2015 na Nota 10, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima, foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2015 e 2016, os valores referentes as rendas de tarifas bancárias, bem como a alocação das aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários no grupo de Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	789.679	(141)	789.538
OUTROS CRÉDITOS	21.527	(141)	21.386
Diversos	18.909	(141)	18.768
Ativo Não circulante	172.425	141	172.566
OUTROS CRÉDITOS	129.749	141	129.890
Diversos	1	141	142
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/Dispêndios e Despesas Operacionais	(5.914)	-	(5.914)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	18.376	(247)	18.129
Rendas de Tarifas Bancárias	6.004	247	6.251
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	57.286	8.003	65.289
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	92.734	8.003	100.737
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	103	(8.003)	(7.900)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 27 de janeiro de 2017.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logícias, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	14.367	19.046
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	398.911	322.144
Total	413.278	341.190

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2016	2015
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.804	2.211
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	3.804	2.211
Total realizável a longo prazo	3.804	2.211

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2016	2015
Cotas de Fundos de Renda Fixa	49.818	11.798
Total circulante	49.818	11.798

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	223.729	103.074	326.803	279.675
Financamentos	30.934	29.588	60.522	71.754
Financiamentos rurais e agroindustriais	268.932	11.567	280.499	219.672
Carteira total	523.595	144.229	667.824	571.101

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	456	-	456	201
Títulos e créditos a receber (i)	15.884	1	15.885	12.382
Total	16.340	1	16.341	12.583

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível AA	-	1	-	-	-
Nível A	0,50	281.438	271.660	1.407	1.358
Nível B	1,00	248.614	189.650	2.486	1.897
Nível C	3,00	83.053	62.874	2.492	1.886
Nível D	10,00	32.605	25.049	3.261	2.505
Nível E	30,00	12.100	12.021	3.630	3.606
Nível F	50,00	7.559	5.690	3.780	2.845
Nível G	70,00	2.907	2.387	2.035	1.671
Nível H	100,00	15.888	14.353	15.888	14.353
Total (i)		684.165	583.684	34.979	30.121

Em 31 de dezembro de 2016 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 349 (2015 - R\$ 340).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2016			2015
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total da Carteira
Pessoas Físicas	4.697	52.183	68.529	69.817	195.226
Rural	2.166	52.283	214.483	11.567	280.499
Industrial	158	10.454	10.407	7.755	28.774
Comércio	682	28.259	29.748	22.440	81.129
Outros Serviços	1.195	27.959	36.733	32.650	98.537
Total	8.898	171.138	359.900	144.229	684.165
					583.684

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	44.126	6,45	31.225	5,35
50 devedores seguintes	95.710	13,99	66.353	11,37
100 devedores seguintes	83.306	12,18	66.334	11,36
Demais	461.023	67,38	419.772	71,92
Total	684.165	100	583.684	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2016	2015
Saldo inicial	30.461	19.856
Constituição de provisão	20.135	18.210
Movimentação de baixados para prejuízo	(15.268)	(7.605)
Saldo final	35.328	30.461

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 2.911 (2015 - R\$ 1.529), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 13.672 (2015 - R\$ 11.045).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado cfe NE 02)
Adiantamentos e antecipações salariais	140	116
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	3.599	3.325
Devedores por depósitos em garantia	1.080	786
Impostos e contribuições a compensar	546	730
Títulos e créditos a receber	15.884	12.381
Valores honrados	87	74
Devedores por convênios	6	5
Operações com cartões	166	34
Pendências a regularizar	26	847
Outros	745	470
Total Circulante	22.279	18.768
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	141
Títulos e créditos a receber	1	1
Total realizável a longo prazo	1	142

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Bens não de uso próprio	550	102
Imóveis	342	-
Veículos e afins	153	102
Máquinas e equipamentos	21	-
Bens em regime especial	34	-
Despesas antecipadas	208	54
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(18)	-
Total Circulante	740	156
Despesas antecipadas	364	102
Total realizável a longo prazo	364	102

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 18 de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi Sul	11.422	10.566
Sicredi Participações S.A.	12.115	9.684
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	23.538	20.251

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	3.929.366 ON	3.140.681 ON	1	1	11.422.256	10.566.848
	8.185.968 PN	6.542.875 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,39%	1,20%	0,63%	0,72%	3,25%	3,09%
Capital social	869.279	804.351	165	138	351.047	342.223
Patrimônio líquido	911.739	859.843	204.709	193.717	361.513	352.655
Lucro líquido do exercício	41.442	62.381	10.965	3.676	-	-
Valor do investimento	12.115	9.684	1	1	11.422	10.566

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	25.154	(8.606)	16.548	16.239
Imobilizações em curso	-	260	-	260	881
Terrenos	-	4.442	-	4.442	4.442
Edificações	4%	4.615	(1.067)	3.548	3.733
Instalações	10%	4.961	(2.007)	2.954	2.265
Móveis e equipamentos de uso	10%	4.643	(2.004)	2.639	2.493
Sistema de comunicação	10%	252	(113)	139	122
Sistema de processamento de dados	20%	4.468	(2.716)	1.752	1.434
Sistema de segurança	10%	795	(368)	427	350
Sistema de transporte	20%	718	(331)	387	519
Intangível (i)	5% a 15%	12.542	(5.365)	7.177	6.186
Investimentos Confederação		12.542	(5.365)	7.177	6.186
Total		37.696	(13.971)	23.725	22.425

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016				2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	92.277	-	-	92.277	83.275
Depósitos a prazo	29.317	14.188	568.638	612.143	501.120
Total	121.594	14.188	568.638	704.420	584.395

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCIEROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	257.824	196.176
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	257.824	196.176
Total circulante	257.824	196.176
Recursos do Crédito Rural	5.930	11.399
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	5.930	11.399
Total exigível a longo prazo	5.930	11.399

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 11,25% a.a. com vencimentos até 20/12/2019, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	7.698	8.548
Cooperativa Central Sicredi Sul	7.698	8.548
Repasses do país - instituições oficiais	-	63
Tesouro Nacional	-	63
Total circulante	7.698	8.611

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,04% a.m. com vencimento em 09/12/2017.

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Cheques administrativos	2.604	2.512
Obrigações por convênios oficiais	9	15
Provisão para pagamentos a efetuar	7.996	6.087
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)	2.916	2.189
Provisão para coobrigações (i)	2.945	2.604
Pendências a regularizar	361	504
Operações com cartões	14.875	11.309
Demais fornecedores	2.147	3.407
Credores diversos	1.233	1.592
Total circulante	35.086	30.219

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	2.106	839	(142)	2.803
Cível	83	55	(25)	113
Total	2.189	894	(167)	2.916

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	2.803	2.106
Cível	Provável	113	83
Total		2.916	2.189

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 60; R\$ 598 e R\$ 70 (2015 - R\$ 65, R\$ 505 e R\$ 809), respectivamente.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	81.890	74.234
Total de associados	82.749	79.052

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 7.656 (2015 – R\$ 10.300), sendo R\$ 6.626 (2015 – R\$ 5.926) via integralização de resultados e R\$ 5.381 (2015 – R\$ 5.150), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 4.351 (2015 – R\$ 2.578).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina - Sicredi Norte RS/SC, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 9% em Conta Capital, no montante de R\$ 6.723 mil, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina - Sicredi Norte RS/SC, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 18 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2016 a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina - Sicredi Norte RS/SC utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 274 mil (R\$ 303 mil em dezembro de 2015), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favoráveis, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	34.836	23.823
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(14.631)	(10.006)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos fiscais	6	10
Provisão resgate milhas cartão	17	100
Provisão de PPR	70	16
Receita com atos cooperativos	11.447	6.703
Juros sobre o capital próprio	2.824	2.395
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	443
Outros	(136)	45
Subtotal	14.228	9.712
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(403)	(294)

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	3.804	2.211
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	49.818	11.798
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	398.911	322.144
Outros Créditos - Rendas a receber	1.500	1.784
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	3.701	3.034
Investimentos (Nota 10)	23.538	20.251
Intangível (Nota 11)	7.177	6.186
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	263.754	207.576
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	7.698	8.548
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	14.663	11.550
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	5.698	2.193
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	7.461	183
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	49.746	39.111
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	14.968	10.403
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	1.184	963
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 22)	13.661	12.914

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	135	0,14%	94
Depósitos a prazo	1.642	0,26%	1.418
Operações de crédito	2.284	0,32%	2.356

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nesses dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	2.167	1.589

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	2.065	2.239
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	47.753	36.958
Reversão de provisões operacionais	6.179	3.582
Outras rendas operacionais	1.691	4.493
Total	57.688	47.272

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	2.416	1.409
Contribuição O.C.E.	93	84
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	2.143	2.520
Contribuição Confederação Sicredi	8.338	8.119
Cooperativa Central Sicredi Sul	1.877	1.339
Encargos da administração financeira	268	225
Repasso Administradora de Cartões	953	625
Outras provisões operacionais	5.050	2.214
Outras despesas operacionais	3.519	3.614
Total	24.657	20.149

NOTA 23– OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 27.995 (2015 - R\$ 22.776), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

NOTA 24 – COOBIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	170.386	139.545
Coobrigações em cessões de crédito	465	535
Total	170.851	140.080

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 25 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 26 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:	270.550	218.310
Capital principal - CP	270.550	218.310
Capital social	-	-
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	115.986	87.778
Lucros acumulados	24.534	17.317
Perdas não realizadas de ajustes de avaliação patrimonial	-	-
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	3.045	1.452
Total do capital qualificado	270.550	218.310
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	95.572	81.530
Índice sobre o PR considerando a RBAN	30,01%	29,99%
Situação para o limite de imobilização	23.680	17.962
Índice de imobilização (limite 50%)	8,75%	8,23%

NOTA 27 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Elisandro Luis Marmentini
Diretor Executivo
CPF: 543.126.980-15

Jaime Célio Testolin
Diretor de Operações
CPF: 740.887.260-49

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72